

Imprensa Nacional  
Biblioteca Machado de Assis



B0021014



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**CÉSAR PRIETO**

Deputado Federal

**À SITUAÇÃO POLÍTICA FINANCEIRA  
DO GOVERNO REVOLUCIONÁRIO**

Discurso proferido na Sessão de 15  
de fevereiro de 1966.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

1966

F 328.32  
P949s



0  
Boozt 14

## DISCURSO PROFERIDO NA SESSÃO DO DIA 16 DE FEVEREIRO DE 1966

O Sr. CÉSAR PRIETO — Senhor Presidente e Srs. Deputados, ocupamos esta tribuna, em nome da oposição parlamentar, não para discutir teorias e doutrinas econômicas, tão ao gosto dos técnicos que compõem os setores financeiros do governo revolucionário. O discurso que vamos proferir não irá, por isso mesmo, se referir ao subjetivo, as considerações aleatórias ou tergiversamente dissociadas da realidade nacional. É o nosso empenho apreciar os fatos, sobretudo os fatos, de maneira positiva e indiscutível, objetivando a identificação da verdade que a todos há de interessar por igual, como o único meio, nesta fase da maior dificuldade para a nação, de impedir o engodo dos que se aproveitam do poder e de anular, de vez, a ambição inominável de alguns que se valem da maior miséria humana para vantagens pessoais.

A oposição parlamentar se sente no dever de denunciar à Nação os crimes que se praticam, em nome da revolução, contra os superiores interesses da economia brasileira. Essa denúncia, que será objeto deste e de outros discursos que pretendemos proferir, tem como justificativa principal despertar a consciência popular de modo especial e dos oficiais de nossas gloriosas Forças Armadas que, cômicos dos seus deveres perante a pátria, não permitirão, em nenhuma hipótese, qualquer ofensa àqueles superiores interesses nem qualquer perigo à segurança nacional.

A ninguém é dado desconhecer que a defesa material e moral de uma nação começa pela sustentação e pelo desenvolvimento legítimos de sua economia, em termos de garantia plena das atividades

produtoras e comerciais, da existência de nível suficiente e digno de padrão de vida para os assalariados, enfim, de uma comunidade compenetrada, capaz de perquirir e resolver as suas angústias, de decidir livremente sobre as suas conveniências.

Neste momento, ainda que nos preocupem, como é natural, as liberdades individuais tão feridas, com tremendas invalidações do direito, da justiça e da própria democracia, ainda que, por outro lado, se retire do povo a oportunidade de decidir, em eleições livres, sobre os seus governantes, tudo isso, como é óbvio, pouco representa diante do que denunciamos, desta tribuna, contra o esbulho premeditado e frio da economia do Brasil, que, como se evidenciará, fere o decoro nacional pelo domínio estrangeiro, quando está em jogo, de fato, não só a independência político-econômica, mas sim a própria sobrevivência da nação brasileira.

Nunca tão poucos, e o que é pior, repetimos, em nome de uma revolução que se anuviava salvadora de nossos costumes e de nossa democracia, fizeram tanto e tão mal contra o Brasil e o povo brasileiro. Tudo de além fronteiras, foi esquematizado e planejado, com minúcia impressionante, sob falsa alegação da eliminação de «distorções econômicas» e de «áreas de atrito com o governo e os empresários norte-americanos», para que, em consequência, como uma compensação, o país restabelecesse o seu crédito, obtivesse prometidos bilhões de dólares e garantisse, dessa maneira, a continuidade do seu progresso econômico e a normalidade de suas finanças.

DEPARTAMENTO DE DEFESA NACIONAL	
BIBLIOTECA	
NÚMERO	DATA
F273	18/12/63

P 328 32  
P 949 B



Nesses termos falaram embaixadores e ministros de Estado, ainda que frente à incredulidade comprovada de respeitáveis líderes civis e militares. Nós da oposição, Srs. Deputados, que tivemos pela força mudada a nossa denominação partidária, nunca alteramos os nossos melhores sentimentos em relação à nossa pátria, eis que provamos, com abundância de elementos, que tudo quanto se pretendia fazer e infelizmente foi feito, no campo económico e financeiro, não passou de um esbulho tanto para o Brasil, como para o povo brasileiro.

A compra do «ferro velho» das empresas norte-americanas de electricidade do Grupo AMFORP por cerca de 400 milhões de dólares, sem que fosse admitido sequer, como a oposição sugeriu, em proposição apresentada, que os engenheiros de nossas Forças Armadas fizessem o tombamento e a competente avaliação dos bens adquiridos; vingou, então, o que é imoral, esse tombamento e avaliação por uma empresa estrangeira designada pelos donos do acervo imposto.

A alteração da lei de remessas de lucros das empresas estrangeiras para o exterior, nobres Deputados, foi uma das exigências mais chocantes para a sensibilidade nacional. O governo determinou à maioria que o apoio no Parlamento que considerasse também, para o efeito daquela remessa de lucros, os capitais, como se estrangeiros fossem, aqui formados, em moeda nacional, dando aos mesmos ainda correções monetárias, que deveriam ser simplesmente nominais, valores excessivos para beneficiar empresas estrangeiras de serviços públicos, hipótese em que o povo, na hora da desapropriação ou simples compra ajustada, terá que pagar, inevitavelmente, como no caso do Grupo AMFORP, quase que a metade do valor anual das exportações brasileiras, numa só operação.

Interessante notar, Srs. Deputados, que de tal modo o patrocínio se efetivou no Brasil, em relação às empresas estrangeiras, que essa oportunidade de maiores e substanciais remessa de lucros para o exterior, foi substituída pela compra, em termos extorsivos para os empresários brasileiros de fábricas destes que, não resistindo às restrições de toda ordem instituídas pelas nossas autoridades monetá-

rias e crediticias, passaram, em volume impressionante, para as mãos de capitalistas norte-americanos apadrinhados por essas autoridades através de medidas diferentes. Não houve acréscimo de riqueza, de vez que, ao contrário, com o mesmo património, muitas das empresas adquiridas diminuíram a sua produção. Houve, sim, a mudança do empresário brasileiro, sacrificado e marginalizado pelo estrangeiro, que, segundo algumas expectativas, em menos de dois anos, terão sob seu domínio, bem mais de 70% das atividades económicas brasileiras.

Não creio, Srs. Deputados, que os oficiais de nossas gloriosas Forças Armadas tenham feito uma revolução para que alguns fizessem o patrocínio escuso de interesses alienígenas, em prejuízo dos nacionais. Ninguém tem o direito de duvidar do patriotismo e do senso de responsabilidade desses oficiais a serviço da pátria. Entretanto, os que têm em suas mãos a política económica e financeira do País, neste Governo, são os mesmos que, com raras exceções, ocuparam postos de destaque em governos passados. Em tudo só há uma diferença: nos governos passados, eles não tiveram a liberdade que estão tendo neste, mercê, sem dúvida, da ingenuidade de muitos de fazer o que bem entendem contra o Brasil e o povo brasileiro. (*Muito bem*). Aí está a desnacionalização da indústria brasileira como um dos atos que irá merecer de nossa parte, um requerimento de Comissão Parlamentar de Inquérito, com o apoio que espero merecer dos nobres Deputados, para apurar e impedir se consume mais um crime contra a economia brasileira.

O acordo assinado pelos governos do Brasil e dos Estados Unidos a fim de garantir, mediante contrato de seguro, em termos draconianos, determinado pelo governo deste último país, em favor das empresas norte-americanas, constituiu, como a própria consciência nacional ressaltou, mais um ato praticado que inferiorizou o Brasil e submeteu o seu povo à própria sorte. Um país poderoso e forte, nobres Deputados, lhe seria lícito garantir a um país subdesenvolvido o seu progresso e a sua existência independente. Nunca impor a um país subdesenvolvido e paupérrimo os ônus da

maior prosperidade e riqueza, e serem atribuídas à mais próspera e à mais rica nação do mundo. É a primazia do forte egoísta à custa do fraco e desamparado.

Inaceitável a política que o Governo pretendeu adotar, por razões também adversas ao interesse nacional, em relação aos nossos minérios, embora a empresa norte-americana HANNA já se desse como detentora de concessões espúrias, porque tanto a levavam a compreender os seus acólitos brasileiros. Tudo ruiu, finalmente, diante do clamor público e da atitude viril de alguns patriotas inclusive de dignos chefes militares. E tanto, de resto, não interessava à empresa norte-americana, senão uma concessão absoluta, acima das possibilidades de existência normal atribuídas à empresa estatal «Companhia Vale do Rio Doce», que já representava então o 7º lugar no volume de vendas de minérios no mercado internacional, entre as entidades de maior conceito, que a própria empresa norte-americana preempatoriamente se recusou a aceitar, em nosso país, as soluções legítimas e corretas que a todas às as empresas são atribuídas.

As reformas, nobres Deputados, a que se propôs o atual Governo, carecem de algumas explicações. A agrária, que deveria servir aos que necessitam trabalhar e produzir, se converteu num processo complicado, utopista e inexpressivo, de nenhuma validade económica ou social, visando só e só soluções fiscais que podem encher as arcas do Tesouro de recursos momentâneos, mas nunca, com a produção essencial, o estômago dos brasileiros.

Quem elaborou o texto dos documentos de cadastro para o efeito da reforma rural, tão habituado aos gabinetes fechados e distantes da realidade brasileira, esqueceu-se de que os 30 milhões de trabalhadores agrícolas, seres humanos simples, marginalizados pela própria civilização, incultos e na maioria analfabetos, jamais poderiam atender, com suficiência e clareza, às académicas indagações cadastrais. E de tal modo o inquérito rural se constituiu impossível de ser levado a efeito, que um dos maiores juristas deste país também proprietário de terras agrícolas, segundo noticiário dos jornais, embora autor de algumas constituições

federais encomendadas por governos improvisados, deu-se como incompetente para preencher os formulários do cadastro de reforma rural por motivos de sebo conhecidos.

A reforma tributária, por sua vez, teve como escopo retirar recursos dos Estados e dos Municípios, para transferi-los para a União que é, sem favor, a que pior arrecada e aplica os tributos. O imposto de renda atualmente passou a recair quase que totalmente sobre os assalariados, deixando de ser um tributo justo que incidia sobre os que maiores rendas possuíam, considerando o melhor sentido social, para transformar-se em um simples instrumento anti-social retirando, indiretamente, dos assalariados o de que estes não dispõem, mesmo para a manutenção da família. A alta do custo de vida cada vez mais acentuada, se incumbem de diminuir, fortemente, o poder aquisitivo dos que dependem de remuneração restrita e o imposto de que se trata completa o desajuste social, impondo encargos insuportáveis. De imposto dos ricos se converteu em angústia dos pobres.

À conta do imposto de renda, como adicional e sob falsa alegação de regularização de contas do Erário, o Governo determinou a realização de depósitos compulsórios às Caixas Económicas Federais, para onde deveriam ser carregados 200 milhões de cruzeiros. Para surpresa geral os recursos formados com esses depósitos foram desviados, não para o pequeno e médio industrial, tão carente de ajuda nem para o operário, a fim de atender às suas necessidades essenciais, mas, sim, para o financiamento a longo prazo, destinado à aquisição de automóveis e lambretas, a preços altamente especulativos, o que constitui uma excrescência inominável.

A política de crédito, ausente da realidade, parou o país, economicamente, criando sérios problemas sociais. Os que sobre ela decidem apenas a compreendem teoricamente. A palavra experiente dos empresários não é levada na devida conta quanto aos interesses gerais da comunidade.

O artifício da mudança de apelido do cruzeiro, sem maiores indagações ou providências de relevo, determinou o aumen-



to engendrado do dólar para mais de dois mil e duzentos cruzeiros, criando para o empresário brasileiro um sério problema para a aquisição de matérias-primas e promoções de novos investimentos. E a essa altura já se prevê, até o final de 1966, a elevação do dólar para 3 mil cruzeiros, o que significará o princípio da «debacle» econômica do país.

No que diz respeito à política anti-inflacionária do Governo, visando que destacavam, com a maior ênfase, as autoridades monetárias «o estabelecimento de condições que assegurem maior eficiência à atividade econômica», nunca, em nenhuma época, se fez tanto contra essa eficiência, nem contra a própria existência da atividade econômica, neste país. Tudo se disse fazer contra as emissões inflacionárias. Todavia, Srs. Deputados, nunca se fez, na prática, por que se evitassem essas emissões.

Basta que se afirme, à vista das estatísticas oficiais, que o governo revolucionário, sozinho, aumentou mais o meio circulante, em virtude das emissões de notas que promoveu, do que todos os governos anteriores juntos, durante 76 anos de República!

O governo revolucionário se implantou a 1º de abril de 1964, quando o montante da moeda circulante atingia 888 bilhões de cruzeiros. E a 31 de dezembro de 1965, esse montante de moeda circulante ascendeu a 2 trilhões e 173 bilhões de cruzeiros, atribuindo àquele governo revolucionário, Srs. Deputados, a liderança absoluta, em toda a nossa história financeira, como o maior responsável pela inflação que tanto faz sofrer o povo brasileiro, através da alta do custo de vida.

O Sr. Mário Piva — Permite V. Exª um aparte?

O SR. CÉSAR PRIETO - Pois não.

O Sr. Mário Piva — Ontem mesmo dessa tribuna, nobre Deputado, tive ocasião de fazer análise semelhante à de V. Exª, evidentemente sem o brilho que V. Exª sabe emprestar às suas palavras. E me referi aos mesmos elementos que acabam de ser neste instante reexpostos a esta Casa. Sinto-me inteiramente tranquilo, porque V. Exª está repassando os dados que apresentei, trazendo, como eu

trouxe, a confirmação de que são dados oficiais, pertencentes às estatísticas do Sr. Roberto Campos, que não as usa, no caso, porque não interessam a Sª Exª. Era a observação que desejava fazer.

O SR. CÉSAR PRIETO - Agradeço o aparte do nobre colega. Conheço V. Exª o dito popular: «mais fácil descobrir-se um mentiroso do que um coxo». No caso, o mentiroso está mais do que identificado.

Prosseguindo, Sr. Presidente, enquanto os governos anteriores em 76 anos de vida republicana, ofereceram um total de moeda circulante de 888 bilhões de cruzeiros, este Governo revolucionário, lendo à frente, na parte financeira, o Sr. Roberto Campos, a dizer-se anti-inflacionário, aumentou essa moeda circulante em 1 trilhão e 285 bilhões de cruzeiros, ou seja, em 131%...

O Sr. Vieira de Melo -- Isso em dois anos apenas!

O SR. CÉSAR PRIETO ~ ...em menos de 2 anos, em 1 ano e 9 meses. E, o que é mais grave, o povo, a grande vítima, não tem mais o direito sequer de decidir sobre seu próprio destino. O Governo o teme. O próprio Governo sabe que fracassou, irremediavelmente. Os que o compõem lutam pela manutenção dos cargos e das posições, nunca pelo bem-estar do povo brasileiro.

O Sr. João Herculino — O nobre Deputado Raimundo Padilha, no discurso em que procurava refutar o manifesto do Movimento Democrático Brasileiro, disse que esse manifesto não provava nada. Ainda ontem critiquei essa frase do Líder do Governo, afirmando que eietivamente manifeste nunca provou nada. Manifesto sempre expôs, manifesto sempre proclamou alguma coisa. Só as estatísticas provam. Com debates e estatísticas é que se procura provar alguma coisa. V. Exª, baseado em elementos estatísticos extraídos do próprio Governo, está, por assim dizer, respondendo ao Líder do Governo. Desejaríamos, agora, que S. Exª voltasse à tribuna para declarar que esses argumentos constituem meras palavras. (Muito bem.)

O SR. CÉSAR PRIETO ~ Agradeço o aparte do nobre Deputado pelo grande Estado de Minas Gerais.

O Sr. Unirio Machado — Ainda há a considerar, quanto aos dados objetivos apresentados por V. Exª, o fato de que o aumento da moeda circulante não representou, ao mesmo tempo, investimentos de infraestrutura. V. Exª está mostrando que o Governo, ao invés do combate à inflação que se propôs fazer, aumentou as emissões, sem que isso tenha sido traduzido em investimentos de infraestrutura que proporcionassem desenvolvimento econômico. Para nós, que divergimos do esquema monetarista, que desejamos combater a inflação apenas pela valorização da moeda ou estancamento das emissões, ainda é agravante o fato de que continuam emitindo e não emitem sequer para inversões de infraestrutura, que representam o progresso de um país cujo desenvolvimento fizeram parar.

O SR. CÉSAR PRIETO - Agradeço ao nobre conterrâneo o aparte.

A política cambial do Governo e os resultados do respectivo balanço de pagamento merecem especial apreciação, por isso que aquela política para servir aos Estados Unidos se fez, no todo, adversa aos interesses do país, e, o que é pior, os saldos do intercâmbio entre os dois países, no período revolucionário, confirmam essa assertiva.

Em 1963, sem que houvesse qualquer restrição às importações indispensáveis às atividades industriais do Brasil, o intercâmbio global ofereceu um déficit de 91 milhões de dólares correspondente a 4,5% do total da receita cambial, o que expressa, em si, um resultado satisfatório.

Em 1964 e 1965, com o corte profundo em importações de matérias-primas e máquinas necessárias ao nosso progresso e até ao processo de manutenção dos setores de produção, consignou a balança de pagamento os *superavits* de 319 a 338 milhões de dólares, com 13,5% e 11,5% do movimento geral. O próprio Governo pôs em evidência, desse modo, que a sua política de intercâmbio tinha de ser resolvida, a duras penas, com o nosso próprio sacrifício, diminuindo a produção, aumentando o desemprego e elevando o custo de vida. Então, por que tantos favores e tantas facilidades aos empresários norte-americanos, em detrimento dos industriais brasileiros?

Só a desvalorização do cruzeiro que melhorou a posição do dólar em 22%, por ocasião da criação do já combalido cruzeiro forte, absorveu, somente ela, a todos os *superavits* de 1964 e 1965. (Muito bem.)

As operações de câmbio expressam, com objetividade, a real situação dos interesses financeiros do país no exterior e, por isso, deveriam inspirar as linhas mestras de nossa política de relações internacionais.

A Receita cambial do Brasil nos últimos dez anos com os Estados Unidos — e esses dados são impressionantes para nós, que neste plenário muitas vezes lutamos contra as benesses concedidas aos Estados Unidos — reduziu-se em quase 50%.

Foi o único país no mundo com o qual o Brasil, ao negociar, teve um impacto tão violento. Com a redução, passamos a negociar na base da metade do que prevalecia há 10 anos. E nunca, de certos anos para cá, levaram tanto de nós sem que nos dessem qualquer compensação.

Com os países europeus, a receita cambial se elevou a 60%, o que indica um caminho correto para a existência econômica e financeira da Nação. Com a América Latina só foi acrescida de 20% e, com os demais países do mundo, aumentada de 30%.

O Brasil, em vez de desenvolver, com o máximo empenho, o seu intercâmbio com os países que estão mais operando, satisfatoriamente, concede favores e mais favores aos Estados Unidos, que, em relação a nós, se fazem, cada vez mais, decrescentes e nulos. E tudo isso contribui, indiscutivelmente, para que as outras nações não beneficiadas com os mesmos favores se retraiam *sobremodo*, com os mais graves prejuízos para a nação brasileira.

Esses *superavits* cambiais serão objeto pormenorizado de outro discurso, porque a história é longa e não poderei contá-la desde logo.

A Nação vai ficar estarelecida com a fraude contábil cometida para iludir o Presidente da República e o próprio povo brasileiro.



Só no item de petróleo e produtos derivados, em 1965, não constam da despesa cambial, apenas com o fito de iludir com saldos fictícios, cerca de 120 milhões de dólares! Nunca imaginei que o artifício criminoso para as estatísticas de apuração da alta de custo da vida estivesse também sendo adotado com a balança de pagamento cambial.

É importante para que se julgue bem a política de intercâmbio da nação, o seu resultado com alguns países. Em 1965, compreendendo o período de janeiro a setembro, tivemos um *deficit* com os Estados Unidos de 6 milhões de dólares; um *superavit* de 265 milhões de dólares com os países europeus; um *superavit* de 44 milhões de dólares com os países latino-americanos; e um *superavit* de 35 milhões de dólares com outros países.

De tudo isso, lastimavelmente, se desprende que os Estados Unidos nos sugam até a última gota. E todo o saldo de 338 milhões de dólares, motivo de tanta propaganda do governo, não nos servirá de nada, por isso que, tanto as nações europeias como as latino-americanas, nos impuseram, com sobras de razão, que importássemos delas produtos manufaturados não essenciais aqui produzidos, com a eliminação de barreiras aduaneiras que defendem a produção nacional.

Esta operação, nobres Deputados, é o velho listão que tanto se apregoa, e que, se for aprovado, de 500 ou de 100 produtos, liquidará o Brasil, cessará o movimento, a produção das nossas fábricas, colocando os nossos operários à mercê da própria sorte. É este o resultado final do saldo cambial tão apregoadado pelo Governo. Que é do saldo cambial com os Estados Unidos? Lanço desta tribuna um repto ao Líder do Governo a que traga para este plenário o saldo cambial em dólares com os Estados Unidos, a quem cedemos tudo, para quem damos tudo, inclusive o santo sangue de brasileiros, em defesa das suas empresas e dos seus interesses. (*Muito bem.*) Que o Líder do Governo tenha coragem de trazer os saldos americanos positivos, favoráveis ao Brasil. Esta é uma hora de desmascarar-se os que mentem e os que traem o Brasil. E a

oposição não tem medo de dizer a verdade, ainda que contra nós tudo pese. porque, afinal, temos atrás de nós o povo brasileiro. (*Palmas.*)

Concedo o aparte ao nobre Deputado Mário Piva.

O Sr. *Mário Piva* — Nobre Deputado, em matéria de simulação este Governo vai longe. Em 1964, quando encerrado o balanço, o Governo apresentou como *deficit* a importância de 700 e poucos bilhões de cruzeiros. Entretanto, Deputado César Prieto, esse *deficit*, na realidade, é de mais de um trilhão. E sabe V. Ex<sup>a</sup> por que? Porque o Sr. Presidente da República, mais uma vez, ingenuamente, realizou despesas, sem autORIZAÇÃO, de mais de 360 bilhões de cruzeiros. Sabe onde estão esses elementos? No parecer do Tribunal de Contas da União. É ele que indica está o Governo simulando, inclusive, os dados relativos a seu próprio Orçamento.

O SR. CÉSAR PRIETO — Agradeço pelo aparte do nobre Deputado Mário Piva, como sempre a empregar o melhor sentido à nossa exposição.

E é o próprio Governo que se sente no dever de aprovar um «listão», inicialmente de 500 produtos estrangeiros aqui produzidos, a fim de que possa cobrir, com importações desnecessárias, o famoso *superavit* de 338 milhões de dólares. Os industriais brasileiros estão apavorados. Protestam baixo porque, senão, o Banco do Brasil funciona ditatorialmente.

Daí por que aquele *superavit* se converteu, ineludivelmente, numa verdadeira vitória de Pirro. Pobre do Brasil!

Houve apenas 5 países no mundo que registraram, em 1964, um índice anual de depreciação da moeda superior a 10%.

Todos esses países são latino-americanos. E, o que é pior, todos eles, entre os quais em destaque o Brasil, são as maiores nações desta parte da América. E comenta o relatório «The First National City Bank»: «trata-se de mera coincidência que sejam precisamente estes os países que recorrem, anos após anos, a Washington, para ajuda e prorrogações de débitos estrangeiros».

Ora, se nos esvaziam economicamente, somos, por força das circunstâncias,

obrigados, não a aumentar nossa prosperidade, mas, sim, nossas dívidas e nossa miséria.

Como se vê, a política de intercâmbio, sem que entremos em maiores pormenores, que serão objeto de outros discursos, resultou num verdadeiro fracasso, muito mais econômico do que financeiro. Ela se revestiu de preocupações de aniquilar com o empresário nacional. Primeiro, dificulta para o mesmo produzir e, em seguida, facilita a importação de produtos similares ao nacional, para completar a obra de liquidação industrial do País. E a desnacionalização de nossas fábricas deverá ser o fim do Brasil, por isso que ela vem determinando, em termos alarmantes, o domínio econômico dos capitalistas norte-americanos. Trata-se de um espetáculo curioso: em vez de nos ajudarem, eles passaram a ser donos de tudo o que é nosso.

Nunca fomos cépticos quanto ao patriotismo do Presidente da República. Todavia, sempre entendemos S. Ex<sup>a</sup> um ingênuo em mãos de velhas raposas das finanças internacionais. Certa ocasião S. Ex<sup>a</sup> afirmou, em relação aos seus Ministros do Planejamento e da Fazenda, «que à subida da ladeira não era ocasião de soltar a parelha de burros». Acontece que, agora, estamos comprovadamente na descida da ladeira. E ou o Presidente se livra da «parelha de burros», como S. Ex<sup>a</sup> os entendeu, ou, então, poderá perecer também na queda violenta que não oferece dúvida.

Não toleramos a esquerda ditatorial e imperativa, nem admitimos a direita monopolista e criminosamente usufrutuária da miséria gerada pelo subdesenvolvimento. Nas relações internacionais só compreendemos o Brasil pleno de autonomia, tratando de seus interesses, de igual para igual, sem qualquer submissão, com todos os países, visando, em termos de democracia, o seu progresso econômico e a sua independência política, de modo a assegurar paz e tranquilidade para o povo.

O Sr. *Oswaldo Lima Filho* — Nobre Deputado César Prieto, V. Ex<sup>a</sup>, com a autoridade que a Casa sempre lhe reconhece no trato dos problemas financeiros e econômicos, faz uma demonstração

ineludível dos graves erros, senão, digamos, dos crimes cometidos contra o País pela atual política econômico-financeira dos Srs. Campos e Bulhões. Queria acrescentar ao magnífico discurso que V. Ex<sup>a</sup> vem proferindo aquilo que tem sido dito nesta Casa e está em todas as publicações econômicas independentes: o que conseguiram com essa política esses inimigos do progresso do nosso País foi diminuir a produção de cimento, de veículos automotores, de tratores inclusive, reduzir o consumo de energia elétrica no grande centro industrial do Brasil, o eixo Rio-São Paulo, enfim diminuir toda a produção brasileira para que a economia nacional entrasse em recessão, como verificamos, e pudesse tal circunstância permitir aos norte-americanos e aos monopólios internacionais a aquisição de empresas brasileiras na bacia das almas.

O SR. CÉSAR PRIETO — Muito obrigado pelo aparte, nobre Deputado Oswaldo Lima Filho, que, assim, nos ajuda com sua preciosa manifestação.

Antes de encerrar esta exposição, não poderia deixar de tratar de mais um esbulho da economia do País pelos próprios órgãos governamentais. O Ministério da Fazenda e o Banco do Brasil resolveram adquirir, por cerca de 7 mil cruzeiros a saca, o arroz tipo exportação do Rio Grande do Sul, sob alegação de que esse preço irrisório seria o máximo a ser obtido pelos rizicultores gaúchos, ao invés de serem criadas condições regulares de negócios para esses produtores. E agora já se conhece o esbulho a que aludi: o Banco do Brasil se converteu em exportador desse arroz e obteve lucros extraordinários, vendendo-o a países latino-americanos por preços três vezes acima do atribuído ao rizicultor gaúcho. Se isto é ajuda, então ajuda maior prestam aos incautos os batedores de carteiras.

É claro que o Banco do Brasil, depois de arrancar juros e taxas abusivos dos produtores de arroz, entendeu, sob o beneplácito governamental, de ganhar bilhões de cruzeiros à custa dos que, com sobradas dificuldades, tudo fazem pela economia nacional. Ao denunciar mais este fato da maior gravidade, espero que o governo federal mande examinar o



assunto e determine a imediata devolução da diferença do preço do arroz aos produtores gaúchos.

E não é demais salientar que os rizicultores dos municípios das Missões, das Fronteiras, do Centro e do Leste do Estado do Rio Grande do Sul aguardam aquelas providências do Governo. É de angústia e **desestímulo a situação**. E um só município, conforme notícia recebida, o de Arroio Grande, o volume de protestos em Cartório de títulos de lavoureiros atingiu, o que é **surpreendente**, aproximadamente, 800 milhões de cruzeiros. Mais do que as secas e as enchentes, verdadeiras calamidades públicas que feriram profundamente a economia do Rio Grande do Sul, fez o Banco do Brasil, liquidando com os poucos que ainda lutam e acreditam no futuro da agricultura brasileira.

A análise que levamos a efeito, em traços largos, em virtude do tempo limitado, ainda assim nos dá a convicção de que se impõe não uma luta entre os brasileiros que amam e confiam no futuro da Nação, mas, sim, destes, numa estreita compreensão de civismo, contra os que, valendo-se de cargos e posições públicas, estão vendendo o Brasil e escravizando o seu povo.

Os vice-cônsules norte-americanos para Assuntos Políticos em pleno Nordeste provam que até os assuntos políticos, no Brasil, não mais dependem de nossa deliberação. E os adidos, também norte-americanos, para Assuntos Minerais, já são reconhecidos vitoriosos pela imprensa dessa nacionalidade, por alteração de nossa Carta Magna para abrir a porta para os investimentos norte-americanos no setor dos minérios; segundo essa divulgação, «este resultado por si só justificaria todo o programa dos adidos para Assuntos Minerais».

É de relevo também a transcrição do «Life», edição em espanhol, de 6 de dezembro de 1965, que anunciou:

«Recentemente, o Ministro da Economia do Brasil, Roberto Campos, convidou as companhias petrolíferas estrangeiras a explorar o subsolo brasileiro, terminando assim com o controle da Petrobrás, o velho monopólio estatal».

Este assunto foi objeto de discurso do bravo Senador pernambucano Ermírio de Moraes.

De nada adianta que coloquemos a tranca depois da porta arrombada. É preciso que nos antecipemos, com o mais acentuado sentido de brasilidade, debatendo os assuntos que mais nos ferem, para que, como acentuamos, no início deste discurso, despertando a consciência popular, passemos, nós mesmos brasileiros, a ser donos de nossos destinos e do resultado de nosso trabalho e de nosso sacrifício.

O povo, indiscutivelmente, é quem mais sofre. Despojando dos seus direitos e sob o império de restrições econômicas cruéis, que vão desde a erosão dos salários, até a especulação dos preços de manutenção familiar, tudo à conta de uma inflação não controlada que a todos aniquila, o custo de vida se destaca ameaçador e ruinoso, dando ensejo a que se prenunciem desajustes sociais graves e incontroláveis, se providências sérias não forem desde logo adotadas.

Nem a carne verde nem o charque alcançam mais sequer a mesa de 90% dos brasileiros. O feijão passou a ser comida de rico. O café, segundo o próprio IBC anuncia, em abril passará a custar, no País, um mil e quinhentos cruzeiros o quilo, para que o nosso preço de Nação produtora seja igual ao do mercado internacional. Só que no exterior bebem café de 1ª qualidade e nós o da pior espécie.

A redução do horário bancário, segundo se anuncia, determinará, só em São Paulo, um aumento de 30 mil desempregados. Os planos de economia dos investimentos públicos, a começar por Brasília, serão preocupadores neste exercício. Os industriais brasileiros suspenderam os seus investimentos por falta absoluta de recursos financeiros, diminuindo os seus negócios. As falências e as concordatas atingem mesmo empresas tradicionais e de alta valia para o Brasil. A lavoura nunca esteve tão relegada a segundo plano. Quando produz pouco, ela própria suporta os efeitos da redução de sua produtividade. Quando realiza

bastante, é o próprio Banco do Brasil que adquire a produção a preços insignificantes ou financia atravessadores, num sacrifício clamoroso às atividades rurais.

Não há mais como se admitirem tantos desmandos contra o Brasil e os brasileiros. A oposição cumprirá a sua missão de denunciá-los. Não negará apoio às iniciativas que considerem devidamente os interesses nacionais. Entretanto, é bem de ver, a oposição, nesta Casa do Congresso, não arredará pé para conter a

ambição dos que saqueiam o País, nem dos que, sob falsas afirmativas, infelicitam o povo com crises econômicas que alcançam até a própria soberania nacional.

Confiamos no futuro do Brasil, por mais negro que seja o seu presente, em virtude de estarmos convencidos de que todos os brasileiros irão cumprir com os seus deveres perante a Pátria e a própria história. *(Muito bem, muito bem, Palmas. O orador é cumprimentado.)*